

Deputado quer Hora do Brasil também pela TV

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) apresentou projeto de lei para a criação do Serviço de Divulgação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional. Tal serviço seria responsável pelo noticiário referente aos trabalhos ordinários e extraordinários do Legislativo, cuja divulgação aconteceria nos mesmos moldes do Diário da Constituinte: diariamente, via televisão, durante cinco minutos, no horário nobre.

Para Maurílio Ferreira Lima, o espaço ocupado hoje pela Constituinte nas rádios brasileiras não será necessário porque "já existe a voz do Brasil". Mas na televisão, afirmou o deputado, "é importante que mantenhamos esse espaço aberto". Maurílio quer votar o projeto em regime de urgência, de forma que tão logo os trabalhos constitucionais sejam concluídos já entre no ar o Diário do Congresso, "sem qualquer solução de continuidade".

O Diário da Constituinte tem alcançado altíssimos níveis de audiência e tem despertado um interesse incomum junto a opinião pública, constata o parlamentar. "A divulgação dos trabalhos da Constituinte deu transparência ao debate político e permitiu ao Eleitorado brasileiro acompanhar o desempenho dos parlamentares. Este espaço foi conquistado a duras penas e não pode ser abandonado", defende ele.

Em sua argumentação, Maurílio Ferreira Lima afirmou ainda que após a promulgação da nova Constituição "ocorrerão significativas mudanças na lei Ordinária. Com a ampliação das prerrogativas do Poder Legislativo, o Congresso Nacional se tornará o centro político do País. Por isso, no interesse da democracia e do funcionamento das instituições, é importante a manutenção do espaço de divulgação conquistado", defende.

A exemplo do que acontece com o Diário da Constituinte a responsabilidade de produzir e editar os programas do Congresso caberá à Radiobrás e a EBN. De acordo com o projeto apresentado, as presidências da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal poderão, ainda, requisitar das concessionárias de rádio e televisão, horário de, no máximo, 60 minutos, para divulgação de fato relevante, de interesse da Câmara ou do Senado.

Programa de rádio muda

O programa diário "A Voz do Brasil" será apresentado a partir desta segunda-feira com uma roupagem totalmente diferente, aliando o jornalismo radiofônico às separações por assuntos bem delimitadas através de músicas rápidas, chamadas de "vinhetas". O começo de "A Voz do Brasil" já tem novamente deste ontem a versão clássica de "O Guarani", de Carlos Gomes, apresentada pela Orquestra Sinfônica Brasileira e com regência do maestro Eleazar de Carvalho.

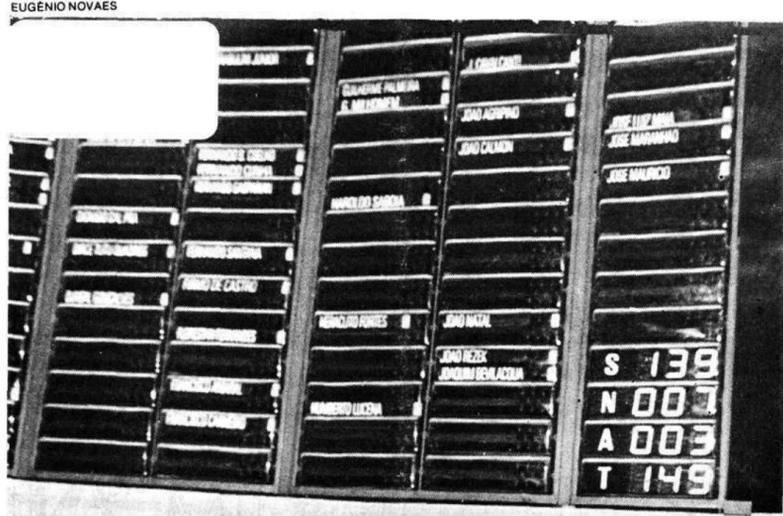
Na nova "A Voz do Brasil", na parte produzida pela Empresa Brasileira de Notícias, que ocupa a primeira meia hora (a outra parte fica a cargo do Congresso Nacional) terá sempre um assunto chamado de "destaque", que virá logo após a apresentação das manchetes do dia. A apresentação do programa será também mais dinâmica, preocupação que começará nos repórteres de todo o Brasil, que entrarão com boletins gravados ou ao vivo, se o assunto merecer esta importância, como aconteceu na votação do sistema de governo, nesta semana.

Os locutores da EBN também foram orientados no sentido de dar mais dinamismo no programa, transmitido de segunda a sexta-feira, a partir das 19 horas, gerada de Brasília, onde estão os estúdios. Haverá, nesta nova "A Voz do Brasil", por exemplo, informações sobre as cotações do dólar, ou das bolsas de valores, além da previsão do tempo em todo o Brasil, mas a hora certa, durante todo o programa, numa forma de despertar o interesse da população.

No setor de rádio, a Empresa Brasileira de Notícias, além da produção de "A Voz do Brasil", apresenta boletins a cada hora, a partir das 8h30 da manhã, até às 11h30, durante todos os dias com gravações e reportagens, o texto da matéria é transmitido pelo telex.

Ausentes são os mais poderosos

Denúncia é de Sandra Cavalcanti, após outra sessão sem quorum



Com apenas 149 constituintes em plenário, sem quorum para votação, a sessão é encerrada

"Estamos sob o domínio dos ausentes. Eles representam o partido mais poderoso desta Casa", disse ontem na sessão da Constituinte — interrompida por falta de quorum — a deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ). Segundo ela, todas as grandes decisões tomadas pela Assembleia foram realizadas pelos que não trabalham, pelos que nunca comparecem. "São eles que mandam aqui, que interferem nas grandes decisões, mas que aqui só comparecem em interesse particular, pois quase sempre estão nos corredores dos ministros reivindicando favores". Sandra Cavalcanti disse ainda que o mundo assistiu estupefocado ao fato de ser motivo de festa o comparecimento dos 559 constituintes na sessão para definição do mandato de governo, "quando isso não é mais que uma obrigação".

O constituinte Paulo Delgado (PT/MG) foi ainda mais crítico e demonstrou com números que das 320 votações realizadas até hoje, apenas 15 conseguiram quorum superior a 500 votos, todas elas realizadas em apenas cinco dias de votação. A primeira no dia 20 de janeiro quando se votou a alteração regimental, "tendo o Centrão conseguido impor as regras do jogo". A segunda em 3 de fevereiro, quando se votou o substitutivo do Centrão, para alteração do capítulo referente aos direitos sociais. A terceira em 23 de fevereiro, na questão da estabilidade; a quarta em 24 de fevereiro, quando se votou as 40 horas semanais e, por último, no dia 22 de março, quando se

manteve o sistema de governo e se definiu mandato de cinco anos para os futuros presidentes.

De acordo com Delgado, a média de comparecimento dos constituintes nas sessões é de 380, já tendo sido registrado votações com apenas 290 presentes. "São as questões ligadas aos poderes — econômico e político — que atraem os mais de 100 constituintes, que aqui só comparecem para defender suas posições, normalmente decididas fora daqui". Para o deputado petista a Constituinte que está sendo escrita tem o seguinte perfil: "Nas questões secundárias é feita por uma maioria de parlamentares que cumprem seu dever — seja de direita ou esquerda — e nas questões fundamentais por uma minoria, que serve aos interesses do grande capital e da política conservadora".

Para punir os faltosos e salvar a imagem da Assembleia Constituinte, a Mesa recebeu ontem mais de um projeto de decisão, dessa vez do deputado Adroaldo Streck (PDT-RS), que prevê a suspensão por 30 dias dos parlamentares ausentes por mais de três sessões consecutivas ou cinco intercaladas no mesmo mês, com a automática convocação dos suplentes. Outros dois projetos no mesmo sentido já foram encaminhados ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães; o deputado Paulo Delgado propôs a cassação do mandato dos ausentes e Maluly Neto (PFL/SP), a posse definitiva dos suplentes.

Mais uma vez, sem votação

A semana mais decisiva da Constituinte terminou em clima melancólico. Os grupos constituintes que foram até o plenário ontem de manhã limitaram-se a fazer breves discursos da tribuna: com apenas 149 presentes às 10h30m, a sessão foi encerrada por falta de quorum. A próxima sessão da Constituinte está marcada para segunda-feira às 14h30m, mas tudo indica que o feriado prolongado da Semana Santa não vai permitir votações.

uma nova campanha das diretas já que neutralize a tendência do plenário de aprovar o mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

As manifestações populares são importantes para que esse Congresso não seja vítima apenas das pressões do Planalto — disse o presidente do PT, deputado Olívio Dutra (RS). "Essa é a hora da sociedade civil se levantar", reforçou o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS).

O deputado Francisco Kuster (PMDB-RS) considera muito importante que as eleições para prefeitos e vereadores sejam realizadas este ano, como era previsto.

Semana se resume a terça

A última semana da Assembleia Nacional Constituinte começou e se encerrou na terça-feira, dia em que foram decididas duas questões de extrema importância para as relações dos trabalhos constitucionais com a conjuntura política nacional: o sistema de governo e o mandato dos sucessores do presidente Sarney. Até um dia antes, o processo de elaboração da nova Carta sofreu uma desaceleração que chegou a preocupar os mais ansiosos pelas votações que estavam à frente: depois do dia 22, a Assembleia entrou em um período de ressaca, envolvendo vitoriosos e perdedores no mesmo clima, como se estivessem enfrentando o verdadeiro "dia seguinte".

Somente as lideranças do PFL e do PDS se posicionaram contrárias à iniciativa popular e a emenda foi aprovada com larga margem de votos, quando o painel eletrônico já registrava um número elevado de presentes em plenário, 513. Já eram quase 16h de terça. Além do plenário, as galerias estavam lotadas e foi iniciada uma verdadeira contagem regressiva até a hora da votação do sistema de governo, simbolizada mais tarde por uma contagem real, no momento em que todos perceberam que aquele dia, além de marcar duas votações importantes, também poderia reservar a surpresa de abrigar a totalidade dos membros da Assembleia em plenário.

Dos 559 constituintes, 344 disseram sim ao sistema presidencialista proposto pela emenda Humberto Lucena; 212 mantiveram seus votos pelo parlamentarismo e três se abstiveram; o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, que regimentalmente tem garantido o direito de se abster; o deputado João Paulo (PT/MG), o único de seu partido a não votar no presidencialismo; e o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB/RS), um dos articuladores do Centrão.

Simultaneamente ao resultado mostrado pelo painel, o plenário deu início à demonstração de força que definiria a próxima disputa. Enquanto alguns ainda festejavam o inédito quorum de 559, outros se dividiam em gritos de "quatro, quatro" e "cinco, cinco". Os quatrocentistas pareciam gritar mais, porém os cincocentistas venceram no voto, por 304 contra 223 e três abstenções. A partir daí, nada mais foi feito pela Constituinte, a não ser protelar a decisão de outros itens da emenda Humberto Lucena.

Os parlamentaristas, dispostos a reforçar no texto presidencialista aprovado, os poderes do Congresso Nacional, vêm tentando desde quarta-feira reduzir o quorum necessário para que a Câmara dos Deputados aprove a moção de censura a ministros de Estado. Os presidencialistas não aceitaram e se dividiram entre os que condenam a adoção deste instituto, característico do regime de gabinete, e os que preferem manter o quorum de dois terços proposto no texto. Para evitar que se vote a redução do quorum, o plenário presidencialista vem promovendo várias manobras para não apreciar o destaque apresentado pelo deputado Eduardo Bonfim (PC do B/AL) neste sentido.

A manobra utilizada nas últimas sessões da semana foi a mesma usada na segunda-feira pelas forças esquerdistas que temiam pela prejudicialidade da emenda da iniciativa popular. Se houver quorum mínimo de 280 em plenário e as proposições não atingirem este número para sua aprovação, são dadas como rejeitadas.

O conteúdo da Constituição

JARBAS MARANHÃO

Não estaríamos discutindo essa questão não houvesse as Constituições de nosso tempo, posteriores à Primeira Grande Guerra, como a Constituição de Weimar, de 1919, e, até mesmo antes, a Constituição de 1917 do México, aumentado consideravelmente o seu conteúdo, numa tendência que parece irreversível do legislador constituinte contemporâneo, de abarcar os mais variados aspectos da vida social, o que levou Mirkinne Guetzévitch a definir essa tendência como de racionalização ou humanização do Poder.

Inteligência francesa e de que participaram outros intelectuais, a exemplo de Voltaire, de Jean Meslier, de Helvétius, de Holbach, de Denis Diderot, de Jean D'Alembert, esses dois últimos iniciadores e organizadores da famosa Enciclopédia.

E então as Constituições passaram a exorbitar de seu conteúdo próprio. Nada de conteúdo mínimo, o conteúdo máximo é o que se deve perseguir.

E o que fizeram? Passaram a regular, com razão de ser, ao lado dos direitos civis e políticos do homem, os seus direitos econômicos, sociais, culturais.

Na prática, resultaram essas Constituições democráticas, dos movimentos revolucionários — da Revolução Americana contra o domínio da Inglaterra sobre as suas colônias e da Revolução Francesa feita pela burguesia com o apoio das massas populares, do campesinato e dos pobres de Paris, que investiram furiosamente contra as pontes levadiças e as torres da Bastilha, e as destruíram, iniciando assim a Revolução Francesa, a Revolução da Liberdade.

Ao lado do direito de votar e ser votado, do direito de viajar, de morar onde quiser, de fazer contratos, de casar, surgiram o direito à educação e à saúde, o direito ao trabalho, o direito de comer, de vestir, o direito de morar, o direito à igualdade de oportunidades, que é o traço marcante da verdadeira democracia; o direito à segurança econômica na velhice, na doença, no infortúnio; aspectos da democracia social que evolui da democracia liberal.

Para uns constitucionalistas, uma Constituição se cingiria apenas a textos referentes à forma de Estado, à forma e ao regime de governo e à divisão dos poderes, com as suas respectivas atribuições.

Dessa maneira, a Lei Magna que expressava o Estado de Direito, passou a traduzir também o Estado de Cultura, na frase de Gierke, "de cooperação, de interdependência social, de limitações, embora que somente as exigidas pelos superiores interesses da solidariedade".

Para outros, uma Constituição seria simplesmente uma carta de direitos do homem e do cidadão.

Então, ao lado do crescimento dos direitos, os constituintes contemporâneos acharam conveniente regular também a família, traçar normas gerais para a disciplina do fato familiar, do fato cultural, do fato educacional e há nas Constituições capítulos sobre educação, família e cultura.

Para terceiros, mais práticos, mais objetivos e mais abrangentes, consistiria numa conciliação de normas sobre o Estado, sobre o Governo e sobre as liberdades do homem.

Há nas Constituições capítulos sobre a segurança nacional, porque o constituinte entendeu de elaborar as normas gerais que devem ser seguidas pelo legislador ordinário na defesa dos interesses do país, dentro de uma concepção nova de segurança nacional, que não é mais a segurança mantida unicamente pelas Forças Armadas, mas defendida por grupos e pelo próprio indivíduo, como pela ciência e pela tecnologia, pelo pensamento e pelo humanismo que possa haver na sociedade.

Uma Carta que defina a forma de Estado, a forma e o regime de governo e que declare e proteja os direitos humanos — é um texto constitucional completo.

Disciplinou a ordem econômica. A ordem econômica seria de fundo liberal, neoliberal, socialista ou marxista.

Essas Constituições clássicas se originaram do pensamento político de filósofos impressionados com o desenvolvimento do absolutismo, monárquico, do absolutismo do poder público, naquela fase.

Não achou bastante, regulou questões referentes às Forças Armadas, ao Ministério Público, e aos funcionários, com detalhes compatíveis apenas com a legislação ordinária. Foram a tudo isso, e a mais.

Alguns anos depois, já no Século XVIII, Montesquieu nas "Cartas Persas" e em "O Espírito das Leis", investe contra o arbítrio do Rei, dotado de Poder Absoluto e prega a divisão dos poderes.

Como disse, anteriormente, essas observações são propiciadas pela circunstância de as Constituições de nosso tempo terem crescido no número de seus artigos, visando a regular o máximo possível.

Jean-Jacques Rousseau foi além, era um ideólogo, pensou não somente na igualdade civil como na igualdade social. Era um utópico ou revolucionário, naquela época, e defendeu a tese do governo resultante da vontade geral.

São idéias desses homens que pertenceram ao Iluminismo, ao movimento Iluminista da França, época de ouro da

Para D. Falcão, a carta demora muito

ZÓZIMO TAVARES Correspondente



D. Freire Falcão

Teresina — O interesse dos brasileiros em relação aos trabalhos da Constituinte ainda é pequeno, avaliou, ontem nesta capital, o arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão. Ele atribuiu essa indiferença da população a morosidade com que se processam os trabalhos constituintes. "Essas atividades se prolongam demais".

Depois de enfatizar a importância da Constituinte como instrumento responsável pela elaboração da nova Constituição do Brasil, Dom Falcão lançou o apelo para que todo cidadão acompanhe a ação dos que fazem a nossa Carta Constitucional.

Todo cidadão deve olhar com muita preocupação o trabalho da Assembleia Constituinte e estar em permanente ligação com os seus representantes, para fazer ver os seus princípios, sua orientação, seus desejos e seus anseios — aconselhou o arcebispo de Brasília.

Dom José Freire Falcão veio a Teresina pela primeira vez quatro anos depois de ter se transferido para Brasília para celebrar, ontem a missa alusiva aos 15 anos de fundação da Paróquia João XXIII, a primeira que ele criou como arcebispo metropolitano da capital do Piauí.

Luiz Henrique reage à compra de votos

Da Sucursal

São Paulo — O ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, elogiou, ontem em São Paulo, o desempenho do deputado Ulysses Guimarães junto às decisões da Constituinte. Luiz Henrique reagiu diante das insinuações de corrupção na Constituinte para a aprovação do sistema presidencialista dizendo que "esses boatos só visam denegrir a imagem de todo o sistema político nacional". Ele qualificou como "inconsistente" as informações veiculadas pelo Jornal do Brasil acenando para a possibilidade de golpe militar caso fosse aprovado o parlamentarismo.

ontem as "precipitações" do grupo esquerdista do PMDB, como o abandono do partido por Pimenta da Veiga. Ele afirmou também que a discussão sobre a crise interna do partido deve vir antes de qualquer outra atividade, como a campanha das diretas.

"Sou contra manifestações precipitadas", disse Simon, acrescentando que considera "lamentável que alguns deputados saiam por conta própria do partido". O governador disse que o grupo deveria esperar, lembrando que o PMDB já superou muitas crises "através do diálogo".

Para Simon, "não deveria haver crise nenhuma no PMDB já que a decisão sobre o sistema de governo estava em aberto", a critério de cada constituinte. Mesmo assim ele reconhece os problemas, provocados a partir da saída de Pimenta da Veiga. Entretanto, o governador não aceita que se impute ao PMDB toda a responsabilidade pelo presidencialismo, afirmando que "a vitória foi de Sarney, mas também do PDT, do PT, da CUT, Fiegs e das Forças Armadas".

Pouco depois, na mesma coletiva, Simon voltou atrás e reconheceu que, "mesmo que não tivesse havido a votação na Constituinte haveria crise.

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, condenou

Jarbas Maranhão foi constituinte em 1946, senador, presidente do Tribunal de Contas. E professor de Direito Constitucional e membro da Academia Pernambucana de Letras.